



## AO SENHOR PREGOEIRO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE

**Pregão Eletrônico nº 90010/2024**  
**Processo Administrativo nº 23034.009636/2023-20**

**RGD INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente qualificada nos autos do processo administrativo em referência, vem, por intermédio de seus Advogados<sup>1</sup> com fundamento no art. 165, inc. I, da Lei<sup>2</sup> nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como no Item 11 do Edital<sup>3</sup>, apresentar

### **RAZÕES RECURSAIS**

contra decisão que desclassificou a Recorrente exarada pelo Pregoeiro por suposto desatendimento ao item 7.15 do Edital, conforme razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

#### **1. Dos fatos**

<sup>1</sup> Doc. 01: Procuração e substabelecimento

<sup>2</sup> Lei nº 14.133/2021: [...] Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem: I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de: a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento; b) julgamento das propostas; c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

<sup>3</sup> Edital: [...] **11. DOS RECURSOS** 11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021. 11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.





Trata-se de licitação na modalidade Pregão Eletrônico promovido pelo FNDE para composição de Registro de Preço Nacional, observando o critério de menor preço, com o objetivo de realizar futura e eventual aquisição de mobiliários escolares, por parte dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Conforme consta no sistema eletrônico em que a licitação está sendo realizada<sup>4</sup>, a Recorrente ofertou o menor preço nos **GRUPOS/LOTES 3, 6 e 8**, sendo convocada para envio de documentos acessórios ao aceite de sua proposta comercial, no que prestou pronto atendimento.

Apesar disso, **em 17.06.2024** a Recorrente foi surpreendida com sua desclassificação pelo Pregoeiro, por **suposto** desatendimento ao item 7.15 do Edital, como demonstrado a seguir:

**em 17/06/2024 às 14:07:48h – Mensagem do Pregoeiro:** Portanto, reafirmo que os preceitos editalícios serão cumpridos na ordem e na forma estabelecidas no próprio Edital e no Termo de Referência.

**em 17/06/2024 às 14:08:15h – Mensagem do Pregoeiro:** Feitos esses esclarecimentos, passarei, agora, ao resultado da análise acerca das propostas e dos documentos apresentados conforme item 7.15 do Edital.

**em 17/06/2024 às 14:09:43h – Mensagem do Pregoeiro:** Após parecer da área técnica, relaciono a seguir as empresas que NÃO cumprem o requisito previsto no item 7.15 do Edital e que, portanto, serão desclassificadas:

**em 17/06/2024 às 14:11:24h – Mensagem do Pregoeiro: RGD INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (Grupos 3, 6 e 8) – Não atende todos os requisitos do grupo (metálica).**

**em 17/06/2024 às 14:11:57h - Mensagem do Pregoeiro:** A análise foi realizada sobre a documentação apresentada, bem como a partir de consulta empreendida nos termos do item 7.15.1 do Edital.

**em 17/06/2024 às 14:12:04h – Mensagem do Pregoeiro:** Os extratos das consultas bem como o parecer da área técnica encontram-se disponíveis no portal de compras do FNDE, cujo acesso pode ser feito por meio do link a seguir: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/acoes/compras-governamentais/licitacoes/pregao-para-registro-de-preco-nacional/2024/pregao-eletronico-no-90010-2024-2013-registro-de-precos-nacional-de-mobiliarios-escolares>.

**em 17/06/2024 às 14:12:35h – Mensagem do Pregoeiro:** Diante disso, procederei a desclassificação das mencionadas licitantes e, na sequência, prosseguirei com a convocação das empresas seguintes, na ordem de classificação dos grupos.

A decisão tomou como base o Parecer da Área Técnica<sup>5</sup> que dispôs, **de forma genérica**, que a empresa não teria atendido aos requisitos do Grupo, especificadamente “METÁLICA”, com demonstrado a seguir:

<sup>4</sup> Doc. 04: Chat do Pregão.

<sup>5</sup> Doc. 05 - PARECER N. 1352/2024/CGCOM/DIRAD





META X INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP	15.330.0001-63	3 - Detalhe 10; 7 - Detalhe 4	ATENDE AOS REQUISITOS DO GRUPO
R.R. OZARA LTDA	47.025.565/0001-97	NÃO ENCONTRADO REGISTRO	NÃO ATENDE
<b>RGD INDUSTRIA E COMERCIO LTDA</b>	41.244.906/0001-39	21 - Detalhe 48	<b>NÃO ATENDE TODOS OS REQUISITOS DO GRUPO (METÁLICA)</b>
TECNO 2000 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	21.306.287/0001-52	3 - Detalhe 10; 7 - Detalhe 4	ATENDE OS REQUISITOS DO GRUPO

**III. CONCLUSÃO**

4. Ante o exposto, remeta-se ao Pregoeiro, a fim de prosseguimento quanto à análise pretendida para os requisitos técnicos a serem utilizados e à certificação das empresas que possuem validade.

Documento assinado eletronicamente por **ANDREY DE SOUSA NASCIMENTO, Coordenador(a)-Geral de Mercado, Qualidade e Compras**, em 17/06/2024, às 12:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput e § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#), embasado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria MEC nº 1.042, de 5 de novembro de 2015](#), respaldado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria/FNDE nº 83, de 29 de fevereiro de 2016](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.fnde.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.fnde.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4197375** e o código CRC **C9D25ECF**.

Referência: Processo nº 23034.020864/2024-31 SEI nº 4197375

Sob outro aspecto, necessário destacar que outras empresas que apresentaram certidão do IBAMA indicando apenas o requisito “metálica” não foram desclassificadas, **existindo latente indício de escolha arbitrária de fornecedores**.

Em **24.06.2024**, continuando com a prática de irregularidades, agora no âmbito dos **LOTES 4, 5 e 9**, o Pregoeiro aceitou a desistência de licitante, mesmo existindo previsão expressa no Edital de obrigatoriedade de manutenção das propostas ofertadas pelas empresas, sob pena de aplicação de sanção.

Como consequência das desistências e desclassificações de outros concorrentes inicialmente detentores de menor proposta, em cada um destes grupos, ensejou-se o chamamento dos concorrentes posicionados em seguida, para lances ou equiparação de preços, existindo, em tal momento, **indevida preterição da Recorrente, sendo convocados licitantes com preços posicionados mais adiante da lista de classificação**.

Em relação aos **Lotes/Grupos 3 e 9**, o Pregoeiro declarou concorrentes vencedores, iniciando-se o prazo para o registro de intenção de recurso.

O prosseguimento do certame acarretará a concretização de ofensa à norma, ao Edital e aos entendimentos da presente Corte de Contas, além de acarretar elevado prejuízo ao erário, mostrando-se necessária a interposição do presente recurso.

## 2. Da tempestividade

O prazo para interposição das razões recursais iniciou em 27.08.2024, terça-feira. Considerando o prazo legal de 03 (três) dias úteis, tem-se que seu termo ocorrerá em 29.08.2024, quinta-feira.

Assim, evidencia-se a tempestividade.





### 3. Das razões para o provimento do recurso

Evidencia-se que a conduta do Pregoeiro está eivada de vícios a serem sanados pela presente via recursal.

Isso porque a desclassificação da Recorrente no certame se revela medida de irregularidade que evidencia o direcionamento da licitação em questão, especialmente ao considerar que:

- a) a Recorrente apresentou a documentação exigida no item 7.15 do Edital, de forma que sua desclassificação no **Lote/Grupo 3** se mostra indevida, embasada em critério não previsto no Edital;
- b) houve preterição injustificada da Recorrente no **Lote/Grupo 9**, pelo Pregoeiro no sistema eletrônico; e
- c) que a desclassificação injustificada da Recorrente implica em prejuízo ao erário, tendo em vista que sua proposta é a mais vantajosa para a Administração Pública.

Reforçando os argumentos do recurso, apresenta-se, no decorrer do presente texto, contundente jurisprudência do Tribunal de Contas da União – TCU, sobre os pontos acima apontados.

### 4. Da evidente desclassificação indevida da Recorrente no Lote/Grupo 3

O Item 7.15 do Edital exigiu dos licitantes, sob pena de não aceitação de proposta, a apresentação de **Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido**, como demonstrado a seguir:

7.15. Conforme disposto no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, o **Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar** que apresente ou envie juntamente com a proposta, **sob pena de não-aceitação, o Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido**, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 e normas supervenientes.

Atendendo a solicitação, a Recorrente apresentou referido documento por meio do sistema eletrônico Compras.gov.br, nos termos definidos no Edital, o que se comprova a seguir e em anexo<sup>6</sup>:

<sup>6</sup> Doc. 06 - Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido





Ministério do Meio Ambiente Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis CADASTROS TÉCNICOS FEDERAIS CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR			
Registro n.º	Data da consulta:	CR emitido em:	CR válido até:
5067630	07/06/2024	07/06/2024	07/09/2024
<b>Dados básicos:</b>			
CNPJ: 41.244.906/0001-39			
Razão Social: RGD INDUSTRIA E COMERCIO LTDA			
Nome fantasia: RGD			
Data de abertura: 26/05/1993			
<b>Endereço:</b>			
Logradouro: AVENIDA DOUTOR JOSE BORBA			
N.º: 20			
Complemento:			
Bairro: MANGABEIRA			
Município: ITAPISSUMA			
CEP: 53700-000			
UF: PE			
Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF/A PP			
Código	Descrição		
21-48	Consumo industrial de madeira, de lenha e de carvão vegetal - Lei nº 12.651/2012: art. 34		
Conforme dados disponíveis na presente data, CERTIFICA-SE que a pessoa jurídica está em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas sob controle e fiscalização do Ibama, por meio do CTF/A PP.			
O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/A PP não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades.			
O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/A PP não habilita o transporte e produtos e subprodutos florestais e faunísticos.			
Chave de autenticação		ZVSB5U2K388VMTU5	

07/06/24, 16:14

servicos.ibama.gov.br/ctf/modulos/certificadoregistro/comprovante\_registro.php

Ministério do Meio Ambiente Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis		IBAMA M M A
<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO</b>		
N.º de registro no banco de dados do Ibama: 5067630		
CPF/CNPJ: 41.244.906/0001-39		
Nome/Razão Social/Endereço RGD INDUSTRIA E COMERCIO LTDA AVENIDA DOUTOR JOSE BORBA MANGABEIRA ITAPISSUMA/PE 53700-000		
Atividades Potencialmente Poluidoras		
Categoria / Detalhe Atividades não relacionadas no Anexo VIII da Lei nº 6.938/1981 / Consumo industrial de madeira, de lenha e de carvão vegetal - Lei nº 12.651/2012: art. 34		
<b>Observações:</b> 1 - Este cartão é o documento comprobatório de inscrição no Cadastro Técnico Federal - CTF e de uso obrigatório nos casos legalmente determinados. Para qualquer orientação de natureza cadastral, procure a unidade local do cadastro do IBAMA. 3 - Para verificar a regularidade desta pessoa junto ao IBAMA, visite <a href="http://www.ibama.gov.br">http://www.ibama.gov.br</a> e procure Serviços On-Line, depois Consulta de Regularidade. 4 - Este certificado não habilita o interessado ao exercício da(s) atividade(s) descrita(s), sendo necessário, conforme o caso de obtenção de licença, permissão ou autorização específica após análise técnica do IBAMA, do programa ou projeto correspondente. 5 - No caso de encerramento de qualquer atividade especificada neste certificado, o interessado deverá comunicar ao IBAMA, obrigatoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias, a ocorrência para atualização do sistema. 6 - Este certificado não substitui a necessária licença ambiental emitida pelo órgão competente. 7 - Este certificado não habilita o transporte de produtos ou subprodutos florestais e faunísticos.		
Data de emissão: 07/06/2024		
Autenticação: m6e7.icv9.ik2q.r7is		

Nesse sentido, se apresenta como fato **incontroverso** que a Recorrente apresentou Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade **válido**, cumprindo com a exigência do Edital.

Apesar disso, conforme já mencionado, a Recorrente veio a ser desclassificada **indevidamente** sob a justificativa de não atendimento do Item 7.15 do Edital<sup>7</sup>.

<sup>7</sup> Chat Pregão: em 17/06/2024 às 14:11:24h – Mensagem do Pregoeiro: RGD INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (Grupos 3, 6 e 8) – Não atende todos os requisitos do grupo (metálica).

em 17/06/2024 às 14:11:57h - Mensagem do Pregoeiro: A análise foi realizada sobre a documentação apresentada, bem como a partir de consulta empreendida nos termos do item 7.15.1 do Edital.





Nesse contexto, tem-se que a decisão de desclassificar a Recorrente é nula, porque encontra fundamentação em **informação inverídica**, desvinculada do instrumento convocatório e que não encontra respaldo no certame.

Ponto que merece destaque é que o Pregoeiro desclassificou a Recorrente, quando a legislação estabelece o dever de **viabilizar o saneamento de eventuais inconsistências pode meio de simples diligência**, oportunidade em que comprovaria que o cadastro da empresa está atualizado e condizente com a exigência editalícias, fato que também demonstra o direcionamento do certame.

## 2.1. Da violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório

No sistema jurídico vigente, o Edital constitui lei entre as partes, ao especificar o objeto da licitação, determinar direitos e deveres dos licitantes e da Administração, bem como estabelecer o procedimento apropriado ao exame e julgamento das propostas.

Em respeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, é inadmissível que a Administração deixe de aplicar, ou extrapole, as exigências previstas no próprio edital que tenha formulado.<sup>8</sup>

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório, princípio geral do processo licitatório, obriga a entidade a cumprir fielmente as regras previamente disciplinadas para o certame, consoante previsto nos art. 5º da Lei<sup>9</sup> nº 14.133/2021.

Conforme preleciona Hely Lopes Meirelles, **o edital é a lei interna da licitação e vincula inteiramente o órgão ou entidade e os proponentes**.<sup>10</sup> O princípio da vinculação ao instrumento convocatório tem como objetivo primordial impedir que seja executado qualquer ato tendente a ludibriar o processo e a facilitar que qualquer cidadão e a própria Administração fiscalize as fases da licitação.

Com efeito, no Poder Judiciário é assente o entendimento de ser ilegal a exigência, por parte da Administração, de condições distintas daquelas definidas no Edital<sup>11</sup>. O Superior Tribunal de Justiça – STJ tem jurisprudência pacífica sobre o tema:

Outrossim, a Administração e os interessados em participar da concorrência pública **têm o dever de respeitar o que ficou consignado no edital, nada lhe acrescentando ou excluindo**.  
[...]

3. O STJ possui jurisprudência firme e consolidada de ser o edital a lei interna [...], vinculando não apenas os candidatos, mas também a própria Administração, com regras dirigidas à observância do princípio da igualdade.<sup>12</sup> No caso em tela, a Recorrente entregou a documentação conforme exigido no Edital.

Ao deixar de observar as regras estabelecidas no Edital, especificadamente sobre a **indevida desclassificação** da Recorrente por apresentação de Cadastro Técnico Federal de

<sup>8</sup> TCU - Acórdão nº 2730/2015 – Plenário.

<sup>9</sup> Lei nº 14.133/2021: [...] Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

<sup>10</sup> Lopes Meirelles, Hely. "Direito Administrativo Brasileiro", 30a ed., SP: Malheiros, p. 283

<sup>11</sup> TRF1 - REOMS 0020044-40.2012.4.01.3400, Desembargador Federal CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO, - Quinta Turma, PJe 21/05/2021

<sup>12</sup> AgInt no RMS 50.936/BA, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 25.10.2016.







Atividades Potencialmente Poluidoras e Certificado de Regularidade estritamente nas condições definidas no instrumento convocatório, **o Pregoeiro viola, de pronto, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório e, consequentemente, a isonomia entre os licitantes e a competitividade.**

Assim, permitir a livre interpretação e o descumprimento das regras estabelecidas evidentemente prejudica a Recorrente e fere a isonomia entre os licitantes.

É evidente, portanto, a necessidade de reforma da decisão que decretou a desclassificação da Recorrente.

#### ***4.1.1. Do uso de critério não previsto no Edital como forma de desclassificação - suposta incompletude do Cadastro***

A Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 institui o cadastro técnico<sup>13</sup>, já a Instrução Normativa nº 13/2021 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA procede a sua regulamentação. A Recorrente cumpriu com as exigências previstas nos referidos regramentos, tanto que lhe foi efetivamente **conferido cadastro com expressa menção de estar regular e vigente.**

No entanto, a decisão proferida pelo Pregoeiro desclassificou a Recorrente aparentemente pela suposta incompletude de cadastro, conforme se verifica no posicionamento exposto no Parecer Técnico,<sup>14</sup> que fundamentou a decisão do Pregoeiro, ao indicar que a empresa “NÃO ATENDE TODOS OS REQUISITOS DO GRUPO (METÁLICA)”.

Ocorre que, o Edital e seus anexos **não exigem** ou não especificam “grupo” ou rol das atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais que devam constar minimamente expressas no cadastro técnico federal. Mais especificamente, não existe previsão editalícia que exija que o cadastro indique a previsão de atividades com materiais metálicos.

Aliás, o processo de fabricação do mobiliário escolar (objeto do certame) pode envolver não só o consumo de madeira, e até de metais, mas de outros insumos, como plásticos, papelão, tintas, solventes e produtos químicos contendo metais pesados, sendo que todos detêm potencial de agressão ao meio ambiente.

As referidas exigências, utilizadas para desclassificar a Recorrente, **não foram objeto** de previsão editalícia, no que se refere à especificação do “grupo” de atividade, já que a **exigência editalícia resume-se a apresentação do Certificado de Regularidade.**

Para que houvesse lógica ou legalidade na postura de desclassificar por ausência, apenas, da relação do grupo “metálico” no cadastro de atividades, seria imperiosa a prévia indicação da relação de todas as atividades pretendidas no dito cadastro, o que não ocorreu no caso concreto.

Cumpre destacar que **uma coisa** é o Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido; **outra coisa** são as atividades **declaradas unilateralmente** no

<sup>13</sup> BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Art 9º - São instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente: [...] XII - o Cadastro Técnico Federal de atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras dos recursos ambientais. [...] Art. 17. Fica instituído, sob a administração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA: [...] II - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, para registro obrigatório de pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam a atividades potencialmente poluidoras e/ou à extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, assim como de produtos e subprodutos da fauna e flora.

<sup>14</sup> PARECER N. 1352/2024/CGCOM/DIRAD





momento do **preenchimento** deste mesmo cadastro, para obtenção do Registro.

O Edital apenas exige o cadastro puro e simples, o que foi atendido pela Recorrente.

**É incontroverso que a Recorrente foi então desclassificada por critério que sequer fora antes especificado no Edital e seus anexos**, uma vez que não existe previsão editalícia que exija que o cadastro indique a previsão de atividades tais e quais, inclusive grupo (*METÁLICA*).

## 4.2. Da ausência de cumprimento do dever de cautela pelo Pregoeiro

As atividades declaradas no momento do preenchimento unilateral do cadastro podem ser atualizadas a qualquer momento. A pessoa física ou jurídica cadastrada poderá, em qualquer momento, incluir ou excluir atividades, conforme seja compatível com seu ramo de atuação, sem necessidade de prévia aprovação ou liberação por parte do Pregoeiro, conforme previsto na Instrução Normativa 13/2001:

Art. 31. A pessoa inscrita poderá, **a qualquer tempo**, alterar os dados de sua inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais no que se refere a:

I - alteração de dados de nome, razão social, endereço e data de constituição da pessoa inscrita;

II - inclusão de atividades;

III - inclusão ou alteração de porte do ano corrente;

IV - situação cadastral, inclusive por meio de reativação de inscrição encerrada;

V - inserção de datas de término, exceto se data retroativa; e

VI - responsável legal e declarante em inscrição de pessoa jurídica.

Parágrafo único. As alterações de responsável legal e de declarante em inscrições de pessoas jurídicas são realizadas, exclusivamente, pela pessoa inscrita.

Mesmo que o Pregoeiro pretendesse alegar a falta de atendimento dos requisitos do Edital, por parte da Recorrente, a medida que **deveria ser adotada seria a determinação de realização de diligência** para verificar a adequação do Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido.

### 4.2.1. Da inexistência de diligência para a desclassificação da Recorrente

O princípio do formalismo moderado prescreve a adoção de meios simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos interessados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo.<sup>15</sup>

A Lei nº 13.655, de 25 de abril de 2018, que alterou a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB, disciplina que na esfera administrativa não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão. Parágrafo único. A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta.<sup>16</sup>

<sup>15</sup> TCU – Acórdão nº 357/2015-Plenário

<sup>16</sup> BRASIL. Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942. “Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão. Parágrafo único. A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas.”







A Lei nº 14.133/2021 dispõe sobre a necessidade de realização de diligência na fase de aceitação das propostas e da habilitação dos licitantes.<sup>17</sup>

O Tribunal de Contas da União – TCU entende que o formalismo exacerbado, que afete a interpretação do edital, compromete à competitividade do certame, consoante se depreende do julgamento abaixo acostado:

[...] 11. Como bem pontuou a AudContratações, o certame licitatório não representa um fim em si mesmo, mas um meio para o atendimento das necessidades públicas e **deve o gestor, em respeito ao interesse público, envidar esforços no sentido de lograr êxito na obtenção da proposta mais vantajosa e, no presente caso, fazê-lo amparado no princípio do formalismo moderado.**

12. Nesse sentido há o suporte da doutrina do Direito Administrativo pátrio e da própria jurisprudência desta Corte, para a qual a admissão da juntada de documentos que apenas venham a atestar a condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre os licitantes.

13. Outrossim, não posso acolher o argumento de que a certidão apresentada não era negativa, pelo mesmo princípio do formalismo moderado, ferramenta essencial na busca do interesse público, uma vez que a certidão apresentada em sede de recurso seria positiva com efeitos de negativa, pelo que **cumpre igualmente o objetivo fazer prova da condição exigida**<sup>18</sup>. [...]

No mesmo sentido, o STJ entende que o formalismo exacerbado, que afete a interpretação do edital, compromete à competitividade do certame, consoante se depreende do julgamento abaixo acostado:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. LICITAÇÃO. INABILITAÇÃO. DOCUMENTO DECLARADO SEM AUTENTICAÇÃO. **FORMALISMO EXACERBADO**. PRECEDENTES.

1. Esta Corte Superior possui entendimento de que não pode a administração pública descumprir as normas legais, em estrita observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, previsto no art. 41 da Lei n. 8.666/1993. **Todavia, o Poder Judiciário pode interpretar as cláusulas necessárias ou que extrapolem os ditames da lei de regência e cujo excessivo rigor possa afastar da concorrência possíveis proponentes.**

2. Agravo interno a que se nega provimento.<sup>19</sup>

E no mesmo sentido entende ainda que “é juridicamente possível a juntada de documento meramente explicativo e complementar de outro preexistente ou para efeito de produzir contra-prova e demonstração do equívoco do que foi decidido pela Administração, sem a quebra de princípios legais ou constitucionais”.<sup>20</sup>

Invoca-se novamente o entendimento do TCU que, na mesma linha do STJ, entende que embora a regra seja a de apresentação da documentação até a data e o horário fixados para abertura da sessão pública, o pregoeiro deve sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, por meio de ato devidamente fundamentado, com a especificação dos erros e das falhas passíveis de correção:

<sup>17</sup> BRASIL. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.. Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que: [...] V - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável. § 1º A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada. § 2º A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do **caput** deste artigo.

[...] Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para: I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

<sup>18</sup> Acórdão nº 117/2024 – TCU – Plenário.

<sup>19</sup> STJ - AgInt no REsp n. 1.620.661/SC, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, julgado em 3/8/2017, DJe de 9/8/2017.

<sup>20</sup> STJ - REsp 5.418/DF, 1ª Seção, rel. Min. Demócrito Reinaldo, j. 25.03.1998, DJe 01.06.1998





"[...] admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim)".

A Doutrina, por sua vez, reforça a necessidade realização de diligência, antes de eventual desclassificação de licitante:

Não é cabível excluir propostas vantajosas ou potencialmente satisfatórias apenas por apresentarem defeitos irrelevantes ou porque o 'Princípio da Isonomia' importaria tratamento de extremo rigor. A isonomia não obriga adoção de formalismo irracional. Atende-se ao princípio da isonomia quando se assegura que todos os licitantes poderão ser beneficiados por idêntico tratamento menos severo. Aplicando o princípio da proporcionalidade, poderia cogitar-se até mesmo de correção de defeitos secundários nas propostas dos licitantes.

A vedação à discriminação injustificada não importa proibição de superar defeitos menores, irregularidades irrelevantes e outros problemas encontrados na atividade diária de seleção de propostas.

[...]

Não basta comprovar a existência de defeitos. É imperioso verificar se a gravidade do vício é suficientemente séria, especialmente em face da dimensão do interesse público. Admite-se, afinal, a aplicação do princípio de que o rigor extremo na interpretação da lei e do edital pode conduzir à extrema injustiça ou ao cumprimento da satisfação do interesse público.<sup>21</sup>

De fato, é dever da Administração Pública diligenciar visando esclarecer e complementar a instrução do processo licitatório, bem como sanar erros e omissões, em virtude de detalhes irrelevantes ou que possam ser supridos pela diligência autorizada por lei, sempre em busca da opção mais vantajosa para a administração.

No mesmo sentido da norma, da jurisprudência e da doutrina, o Edital em comento dispõe sobre a necessária realização de diligência, por parte da Administração:

7.6. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, **ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências**, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

[...]

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, **salvo em sede de diligência**, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

Constata-se que o Pregoeiro desclassificou a Recorrente, quando poderia (DEVERIA) ter engendrado simples diligência, oportunidade em que comprovaria que o cadastro da empresa está atualizado e condizente com a exigência que ela mesma "concebeu" à margem do que já estava previsto no Edital.

<sup>21</sup> JUSTEN, Marçal Filho. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 8 ed. São Paulo: Dialética. 2001. p. 61, 471;





Caso tivesse agido conforme os ditames acima indicados, o Pregoeiro verificaria que o certificado da Recorrente foi **atualizado no sistema na mesma data da sessão pública, em 17/06/2024**, conforme adiante demonstrado<sup>22</sup>:

Ministério do Meio Ambiente Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis CADASTROS TÉCNICOS FEDERAIS CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR			
Registro n.º	Data da consulta:	CR emitido em:	CR válido até
5067630	17/06/2024	17/06/2024	17/09/2024
<b>Dados básicos:</b>			
CNPJ: 41.244.906/0001-39			
Razão Social: RGD INDUSTRIA E COMERCIO LTDA			
Nome fantasia: RGD			
Data de abertura: 26/05/1993			
<b>Endereço:</b>			
Logradouro: AVENIDA DOUTOR JOSE BORBA			
N.º: 20			
Complemento:			
Bairro: MANGABEIRA			
Município: ITAPISSUMA			
CEP: 53700-000			
UF: PE			
Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF/APP			
Código	Descrição		
3-10	Fabricação de artefatos de ferro, aço e de metais não-ferrosos com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia		
7-4	Fabricação de estruturas de madeira e de móveis		
21-48	Consumo industrial de madeira, de lenha e de carvão vegetal - Lei nº 12.651/2012: art. 34		
Conforme dados disponíveis na presente data, CERTIFICA-SE que a pessoa jurídica está em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas sob controle e fiscalização do Ibama, por meio do CTF/APP.			
O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades.			
O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não habilita o transporte e produtos e subprodutos florestais e faunísticos.			
Chave de autenticação		ZJDK32QCESWGRHAT	

Assim, o ato de desclassificação, se mantido, tanto em relação ao descumprimento das regras editalícias quanto em desrespeito ao princípio da razoabilidade e do amplo acesso ao certame, por falta de diligência, restringem o caráter competitivo e trazem risco de enorme prejuízo ao erário.

Além disso, da forma que se encontra prevista no Edital, o Pregoeiro pode analisar subjetivamente os documentos de determinados licitantes, desclassificando ou não concorrentes, sob a justificativa de ausência de algum requisito potencialmente poluidor, não especificado no instrumento convocatório, ou “fechar os olhos”, permitindo o seguimento de licitante que também não contenham determinado requisito na Certidão.

**Frisa-se que, no caso em tela, outras empresas que apresentaram Certidão do IBAMA não constando todas as atividades poluidoras previstas em norma, e ainda assim não foram desclassificadas pelo Pregoeiro, o que comprova que, na realidade, foi procedida escolha de fornecedores, de forma arbitrária.**

#### 4.3. Da escolha arbitrária de fornecedores

O processo de fabricação do mobiliário escolar (objeto do certame) pode envolver não só o consumo de madeira, e até de metais, mas de outros insumos, como plásticos, papelão, tintas e

<sup>22</sup> Doc. 07 - Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais atualizado em 17.09.2024.





solventes e produtos químicos contendo metais pesados, onde todos agredem, em alguma medida, o meio ambiente, de forma.

A partir da referida conclusão, tem-se que se faria necessário que constasse no referido Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, caso fosse exigido no Edital, todas as formas de poluição, no entanto, conforme se observa a exigência editalícia resume-se a apresentação do Certificado de Regularidade.

A desclassificação da Recorrente por ter deixado de incluir no seu rol de atividades, exatamente, o quesito “metálica” implicaria também na necessária desclassificação dos demais licitantes, cuja certidão tenha sido omissa no que se refere a inclusão de outras atividades de manuseio, operação, manufatura, descarte e transporte, e também impactantes no meio ambiente, a exemplo das listadas adiante:

- a) **Aço (Metálica)** – Estrutura dos mobiliários - anexos VIII e IX da Lei 6.938/81 (Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente);
- b) **Madeira** – Acessórios dos mobiliários – Resíduos sólidos e pó - Produtos que requerem controle do descarte – Art. 13, alínea f, da Lei 12.305/10 (Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos) e anexos VIII e IX da Lei 6.938/81 (Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente);
- c) **Tratamento químico de superfícies metálicas** – Ácidos e reagentes contendo metais pesados - Produtos que requerem controle do descarte – Art. 13, alínea f, da Lei 12.305/10 (Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos);
- d) **Pintura** – Uso de tinta contendo enxofre e chumbo – Produtos que requerem controle do descarte – Art. 13, alínea f, da Lei 12.305/10 (Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos);
- e) **Material de embalagem** – Papeis e plásticos - Produtos que requerem controle do descarte – Art. 13, alínea f, da Lei 12.305/10 (Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos) e anexos VIII e IX da Lei 6.938/81 (Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente); e
- f) **Indústria mecânica** – Fabricação de peças metálicas (moldes, gabaritos, ferramentas, dispositivos e utensílios utilizados na linha de produção da empresa - anexos VIII e IX da Lei 6.938/81 (Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente).

Igualmente, o Edital nada previu neste sentido, o que comprova que a decisão deve ser reformada, já que torna evidente que o tratamento ou interpretação ilegal dada ao seu conteúdo agiu em desfavor apenas da Recorrente.

Conforme previsto na Lei nº 6.938/1981, as atividades abaixo listadas deveriam constar no cadastro do produtor de móveis:







(Anexos VIII e IX acrescidos pela Lei nº 10.165, de 27 de Dezembro de 2000)

ANEXO VIII  
ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS E UTILIZADORAS DE RECURSOS AMBIENTAIS

Código	Categoria	Descrição	Pp/gu
01	Extração e Tratamento de Minerais	- pesquisa mineral com guia de utilização; lavra a céu aberto, inclusive de aluvião, com ou sem beneficiamento; lavra subterrânea com ou sem beneficiamento, lavra garimpeira, perfuração de poços e produção de petróleo e gás natural.	AAalto
02	Indústria de Produtos Minerais Não Metálicos	- beneficiamento de minerais não metálicos, não associados a extração; fabricação e elaboração de produtos minerais não metálicos tais como produção de material cerâmico, cimento, gesso, amianto, vidro e similares.	MMédio
03	Indústria Metalúrgica	- fabricação de aço e de produtos siderúrgicos, produção de fundidos de ferro e aço, forjados, arames, relaminados com ou sem tratamento; de superfície, inclusive galvonoplastia, metalurgia dos metais não-ferroso, em formas primárias e secundárias, inclusive ouro; produção de laminados, ligas, artefatos de metais não-ferroso com ou sem tratamento de superfície, inclusive ligas, produção de soldas e anodos; metalurgia de metais preciosos; metalurgia do pó, inclusive peças moldadas; fabricação de estruturas metálicas com ou sem tratamento de superfície, inclusive; galvanoplastia, fabricação de artefatos de ferro, aço e de metais não-ferroso com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia, tempera e cementação de aço, recozimento de arames, tratamento de superfície.	AAalto
04	Indústria Mecânica	- fabricação de máquinas, aparelhos, peças, utensílios e acessórios com e sem tratamento térmico ou de superfície.	MMédio
05	Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e Comunicações	- fabricação de pilhas, baterias e outros acumuladores, fabricação de material elétrico, eletrônico e equipamentos para telecomunicação e informática; fabricação de aparelhos elétricos e eletrodomésticos.	MMédio
06	Indústria de Material de Transporte	- fabricação e montagem de veículos rodoviários e ferroviários, peças e acessórios; fabricação e montagem e aeronaves; fabricação e reparo de embarcações e estruturas flutuantes.	MMédio
07	Indústria de Madeira	- serraria e desdobramento de madeira; preservação de madeira; fabricação de chapas, placas de madeira aglomerada, prensada e compensada; fabricação de estruturas de madeira e de móveis.	Médio
08	Indústria de Papel e Celulose	- fabricação de celuloses e pasta mecânicas; fabricação de papel e papelão; fabricação de artefatos de papel, papelão, cartolina, cartão e fibra prensada.	Alto
09	Indústria de Borracha	Beneficiamento de borracha natural, fabricação de câmara de ar, fabricação e condicionamento de pneumáticos; fabricação de laminados e fios de borracha; fabricação de espuma de borracha e de artefatos de espuma de borracha, inclusive látex.	Pequeno
10	Indústria de Couros e Peles	- secagem e salga de couros e peles, curtimento e outras preparações de couros e peles; fabricação de artefatos diversos de couros e peles; fabricação de cola animal.	Alto
11	Indústria Têxtil, de Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	- beneficiamento de fibras têxteis, vegetais, de origem animal e sintéticos; fabricação e acabamento de fios e tecidos; tingimento, estamparia e outros acabamentos em peças do vestuário e artigos diversos de tecidos; fabricação de calçados e componentes para calçados.	Médio







12	Indústria de Produtos de Matéria Plástica.	- fabricação de laminados plásticos, fabricação de artefatos de material plástico.	Pequeno
13	Indústria do Fumo	- fabricação de cigarros, charutos, cigarrilhas e outras atividades de beneficiamento do fumo.	Médio
14	Indústria Diversas	- usinas de produção de concreto e de asfalto.	Pequeno
15	Indústria Química	- produção de substâncias e fabricação de produtos químicos, fabricação de produtos derivados do processamento de petróleo, de rochas betuminosas e da madeira; fabricação de combustíveis não derivados de petróleo, produção de óleos, gorduras, ceras, vegetais e animais, óleos essenciais, vegetais e produtos similares, da destilação da madeira, fabricação de resinas e de fibras e fios artificiais e sintéticos e de borracha e látex sintéticos, fabricação de pólvora, explosivos, detonantes, munição para caça e desporto, fósforo de segurança e artigos pirotécnicos; recuperação e refino de solventes, óleos minerais, vegetais e animais; fabricação de concentrados aromáticos naturais, artificiais e sintéticos; fabricação de preparados para limpeza e polimento, desinfetantes, inseticidas, germicidas e fungicidas; fabricação de tintas, esmaltes, lacas, vernizes, impermeabilizantes, solventes e secantes; fabricação de fertilizantes e agroquímicos; fabricação de produtos farmacêuticos e veterinários; fabricação de sabões, detergentes e velas; fabricação de perfumarias e cosméticos; produção de álcool etílico, metanol e similares.	Alto
16	Indústria de Produtos Alimentares e Bebidas	- beneficiamento, moagem, torrefação e fabricação de produtos alimentares; matadouros, abatedouros, frigoríficos, charqueadas e derivados de origem animal; fabricação de conservas; preparação de pescados e fabricação de conservas de pescados; beneficiamento e industrialização de leite e derivados; fabricação e refinação de açúcar; refino e preparação de óleo e gorduras vegetais; produção de manteiga, cacau, gorduras de origem animal para alimentação; fabricação de fermentos e leveduras; fabricação de rações balanceadas e de alimentos preparados para animais; fabricação de vinhos e vinagre; fabricação de cervejas, chopes e maltes; fabricação de bebidas não-alcoólicas, bem como engarrafamento e gaseificação e águas minerais; fabricação de bebidas alcoólicas.	Médio
17	Serviços de Utilidade	- produção de energia termoeletrica; <b>tratamento e destinação de resíduos industriais líquidos e sólidos; disposição de resíduos especiais tais como: de agroquímicos e suas embalagens;</b> usadas e de serviço de saúde e similares; destinação de resíduos de esgotos sanitários e de resíduos sólidos urbanos, inclusive aqueles provenientes de fossas; dragagem e derrocamentos em corpos d-água; recuperação de áreas contaminadas ou degradadas.	Médio
18	Transporte, Terminais, Depósitos e Comércio	- transporte de cargas perigosas, transporte por dutos; marinas, portos e aeroportos; terminais de minério, petróleo e derivados e produtos químicos; depósitos de produtos químicos e produtos perigosos; comércio de combustíveis, derivados de petróleo e produtos químicos e produtos perigosos.	Alto
19	Turismo	- complexos turísticos e de lazer, inclusive parques temáticos.	Pequeno
20	Uso de Recursos Naturais	Silvicultura; exploração econômica da madeira ou lenha e subprodutos florestais; importação ou exportação da fauna e flora nativas brasileiras; atividade de criação e exploração econômica de fauna exótica e de fauna silvestre; utilização do patrimônio genético natural; exploração de recursos aquáticos vivos; introdução de espécies exóticas, exceto para	Médio

Se a questão fosse atingir o nível técnico mais rigoroso, todos os demais licitantes não poderiam ter sido classificados, uma vez que deixaram de atender o que PRESUMIVELMENTE deveria ter sido exigido e não foi.

No caso, configura-se **nítida escolha de fornecedores, pelo Pregoeiro, de forma subjetiva e arbitrária.**

## 5. Da desclassificação por presunção – da indevida preterição da Recorrente na ordem classificatória dos Lotes/Grupos 4, 5 e 9

O Pregoeiro presumiu indevidamente que a suposta irregularidade antes descrita para os **Lote/Grupo 3, entre outros**, seria automaticamente aplicável para o **Lote/Grupo 9**, no que incorreu até mesmo em flagrante cerceamento de defesa, ao preterir a ordem de classificação da Recorrente, negociando e possibilitando que empresas classificadas posteriormente efetuassem novos lances.

Nesse sentido, passa-se a expor que:

- a) em procedimentos licitatórios contendo diversos itens ou lote/grupo, considera-se que cada um deles é uma licitação específica; e
- b) é nulo o ato que desrespeita a ordem de classificação de licitantes no certame.





### 5.1. Da autonomia de cada lote licitado

Cumpra-se destacar que **na licitação por itens/lotos, cada item é considerado como uma licitação autônoma e independente**, que apenas se processa de forma conjugada em único procedimento, conforme ensinamentos de Marçal Justen Filho:

Na licitação por itens, há um único ato convocatório, que estabelece condições gerais para a realização de certames, que se processarão conjuntamente, mas de modo autônomo.

[...]

A autonomia se revela pela faculdade outorgada aos licitantes de produzir propostas apenas para alguns itens. Os requisitos de habilitação são apurados e cada proposta é julgada em função de cada item. Há diversos julgamentos, tanto na fase de habilitação quanto na de exame de propostas. Mesmo que materialmente haja um único documento, haverá tantas decisões quanto sejam os itens objeto de avaliação.

[...]

Assim, por exemplo, é inválido estabelecer que o licitante deverá preencher os requisitos de habilitação para o conjunto global dos objetos licitados (eis que o julgamento se faz em relação a cada item).

[...]

Outra imposição defeituosa consiste na obrigatoriedade da formulação de propostas para o conjunto dos diferentes itens.<sup>23</sup>

A divisão do objeto não pode causar prejuízo para o conjunto licitado, observando-se que cada item/lote é considerado certame autônomo, com julgamento independente.

Cite-se entendimento do Poder Judiciário sobre o tema:

ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREGÃO ELETRÔNICO. MENOR PREÇO POR LOTE. HABILITAÇÃO POR LOTE. INABILITAÇÃO DA AGRAVANTE PARA O LOTE 3 ESTENDIDA AOS DEMAIS LOTES. IMPOSSIBILIDADE. ANÁLISE ACERCA DA EXISTÊNCIA DE RISCO DE LESÃO GRAVE E DE DIFÍCIL REPARAÇÃO. JUÍZO DE ORIGEM. COGNIÇÃO EXAURIENTE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. A inabilitação da agravante para o lote 3, provocada pela ausência de apresentação de balanço patrimonial anual da empresa, exigência constante do edital (item 8.1.4.3), fora ampliada para os demais lotes.

2. Considerando que o Pregão em apreço é do tipo menor preço por lote (fls. 153) e em se constatando que a recorrente deixou de cumprir a determinação editalícia apenas quanto ao lote 3, torna-se desarrazada, em obséquio ao princípio da isonomia, a sua inabilitação para os demais lotes concorridos.

3. Os documentos colacionados aos autos evidenciam que, durante todo o certame, a análise da habilitação aconteceu de forma individualizada, ou seja, para cada lote separadamente, nos termos dos itens 7 e 9 do edital, de fls. 156 e 159, e das atitudes do pregoeiro no decorrer do procedimento, conforme se observa às fls. 740 e 756.

4. A anulação, nesta seara cognitiva sumária, da inabilitação da agravante para os lotes 1 a 17 do Pregão Eletrônico nº 68/2011, à exceção do 3, não culmina na inabilitação das empresas JR Locações Ltda e Consulte Saúde Ambiental Ltda quanto aos lotes 5 a 12, 14 e 17, sendo o enfrentamento aprofundado e exauriente da matéria em discussão tarefa afeta ao juízo a quo, por ser ele o detentor primário da cognição exaustiva, sob pena de nefasta supressão de instância.

5. Agravo de instrumento à unanimidade e parcialmente provido, no sentido de anular a inabilitação da agravante para os lotes 1 a 17 do Pregão Eletrônico nº 68/2011, à exceção do 3.<sup>24</sup>

<sup>23</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 15a ed. Dialética: 2012, p. 311;

<sup>24</sup> TJ-PE - AG: 228533520128170001 PE 0007246-82.2012.8.17.0000, Relator: Ricardo de Oliveira Paes Barreto, Data de Julgamento: 22/11/2012, 2ª Câmara de Direito Público)





O TCU, no mesmo sentido acima exposto, entende que “na licitação por item, há a concentração de diferentes objetos num único procedimento licitatório, que podem representar, cada qual, certame distinto. De certo modo, está-se realizando “diversas licitações” em um só processo, em que cada item, com características próprias, é julgado como se fosse uma licitação em separado, de forma independente.”<sup>25</sup>

Logo, e por essência, não se poderia automaticamente desclassificar a Recorrente no **LOTE 9**, e lhe afastar da convocação na ordem de classificação para lances, por simplesmente se presumir que o suposto vício supostamente localizado no que se refere ao **LOTE 3** existiriam e persistiriam nos demais lotes, sem que para tanto houvesse efetiva apreciação e julgamento administrativo neste sentido.

## 5.2. Da vedação à preterição da ordem de classificação na licitação

A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, apesar de revogada, previa que a Administração não poderá celebrar o contrato com preterição da ordem de classificação das propostas ou com terceiros estranhos ao procedimento licitatório, sob pena de nulidade.<sup>26</sup>

Apesar da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Nova Lei de Licitações, que rege o certame em tela e revogou a Lei nº 8.666/1993, não dispor expressamente sobre o tema, frisa-se ser fundamento basilar dos procedimentos licitatórios a premissa de que o licitante melhor classificado tem o direito de não ser preterido em favor de outro concorrente posteriormente classificado.<sup>27</sup>

Nesse sentido, verifica-se que a Lei nº 14.133/2021, em diversos artigos, segue a diretriz acima, destacando a necessidade de observância da classificação dos licitantes no decorrer da disputa:

Art. 61. Definido o resultado do julgamento, a Administração poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

§ 1º A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, **segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida**, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

§ 2º A negociação será conduzida por agente de contratação ou comissão de contratação, na forma de regulamento, e, depois de concluída, terá seu resultado divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

[...]

Art. 90. A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei.

[...]

§ 2º Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar

<sup>25</sup> TCU. Licitações e Contratos: orientações e jurisprudência do TCU. 4. ed. rev., atual. e ampl. Brasília: TCU, Secretaria Geral da Presidência: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2010. p. 238-239.

<sup>26</sup> Lei nº 8.666/1993: Art. 50. A Administração não poderá celebrar o contrato com preterição da ordem de classificação das propostas ou com terceiros estranhos ao procedimento licitatório, sob pena de nulidade.

<sup>27</sup> TCU – Acórdão nº 1292/2003 – Plenário: [...] 4. Conforme registrado no relatório, a equipe de auditoria avaliou a quase totalidade dos certames licitatórios realizados no período fiscalizado, tendo constatado as seguintes falhas: [...] f) preterição da ordem de classificação dos licitantes;





os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

§ 3º Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

§ 4º Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do § 2º deste artigo, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

I - convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

II - adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

Uma vez desclassificado o licitante posicionado em primeiro lugar, em cada lote ou grupo, deveria o Pregoeiro convocar aquele posicionado em seguida, para que este apresentasse lance de igual ou menor valor que o primeiro.

No **Lote/Grupo 9**, contudo, preteriu-se, contornou-se a Recorrente, simplesmente sem qualquer justificativa formal, ou seja, por mera presunção de irregularidade e desclassificação da empresa, partindo-se para a convocação dos demais licitantes classificados posteriormente a Recorrente.

Pode-se constatar que inexistiu declaração de desclassificação da Recorrente nos **Lote/Grupo 9**, sendo certo que a empresa foi simplesmente preterida pelo Pregoeiro no sistema eletrônico que a licitação está sendo conduzida.

Contextualizado, veja-se quadro contendo as ofertas originárias em cada um dos grupos, com destaques ao posicionamento da Recorrente:

MEC - Ministério da Educação / FNDE - Fundo nacional de Desenvolvimento da Educação  
Pregão Eletrônico 90010/2024

Mapa de apuração / Arrematantes

Grupo	Região	Empresa / Colocação / Valor					
		1º	2º	3º	4º	5º	6º
1	AC, AM, RO, MT, MS	Milanflex Ind e Com de Móveis e Equip Ltda	Meta X Ind e Com Ltda	RGD Ind e Com Ltda	Maqmóveis Ind e Com Ltda	MC Ind e Com Ltda	Incomel Ind de Móveis Ltda
		243.268.155,80	294.662.590,00	338.360.470,00	346.014.910,00	359.276.800,00	373.760.980,00
2	AP, PA, RR	DQuality Ind e Com de Móveis Ltda	RGD Ind e Com Ltda	Maqmóveis Ind e Com Ltda	Meta X Ind e Com Ltda	MKuri Com de Móveis	Milanflex Ind e Com de Móveis e Equip Ltda
		110.181.069,08	111.021.940,00	115.200.950,00	115.234.600,00	124.652.200,00	127.329.271,14
3	MG	RGD Ind e Com Ltda	Tecno2000 Ind e Com Ltda	DQuality Ind e Com de Móveis Ltda	MC Ind e Com Ltda	Meta X Ind e Com Ltda	Maqmóveis Ind e Com Ltda
		243.972.890,00	336.065.950,00	336.315.620,00	404.585.150,00	479.422.245,00	498.801.891,00
4	TO, MA, GO, DF	Tecno2000 Ind e Com Ltda	MC Ind e Com Ltda	DQuality Ind e Com de Móveis Ltda	RGD Ind e Com Ltda	Incomel Ind de Móveis Ltda	DQuality Ind e Com de Móveis Ltda
		245.284.442,00	303.338.790,00	334.555.208,00	345.731.910,00	348.069.240,00	348.828.824,35
5	AL, SE, PE, BA	MC Ind e Com Ltda	RGD Ind e Com Ltda	Ind e Com de Móveis Kutz Ltda	DQuality Ind e Com de Móveis Ltda	Meta X Ind e Com Ltda	Maqmóveis Ind e Com Ltda
		239.779.675,00	255.954.600,00	260.815.420,00	268.673.375,00	335.461.320,00	336.764.280,00
6	PI, CE, RN, PB	RGD Ind e Com Ltda	Incomel Ind de Móveis Ltda	MC Ind e Com Ltda	Tecno2000 Ind e Com Ltda	Meta X Ind e Com Ltda	Eco 805 Com e Serv de Equip Ltda
		275.090.720,00	465.340.190,00	484.710.690,00	485.705.290,00	492.185.486,00	541.179.240,00
7	SP	Maqmóveis Ind e Com Ltda	Milanflex Ind e Com de Móveis e Equip Ltda	MKuri Com de Móveis	Meta X Ind e Com Ltda	Cantares Magazine Ltda	RGD Ind e Com Ltda
		469.034.631,00	472.168.322,34	476.423.260,00	480.387.110,00	486.450.370,00	496.141.260,00
8	RJ, ES	RGD Ind e Com Ltda	Tecno2000 Ind e Com Ltda	DQuality Ind e Com de Móveis Ltda	Meta X Ind e Com Ltda	Delta Produtos e Serv Ltda	JD Aço Ind e Com Ltda
		267.508.400,00	284.127.200,00	334.503.250,00	339.930.700,00	356.853.415,00	359.063.209,00
9	PR, SC, RS	Meta X Ind e Com Ltda	Charles Vieira Cortez	RGD Ind e Com Ltda	Movesco Ind e Com Ltda	Eflex Ind e Com Ltda	Incomel Ind de Móveis Ltda
		311.691.940,00	320.359.935,20	328.809.520,00	361.056.563,00	369.721.612,00	374.387.370,00



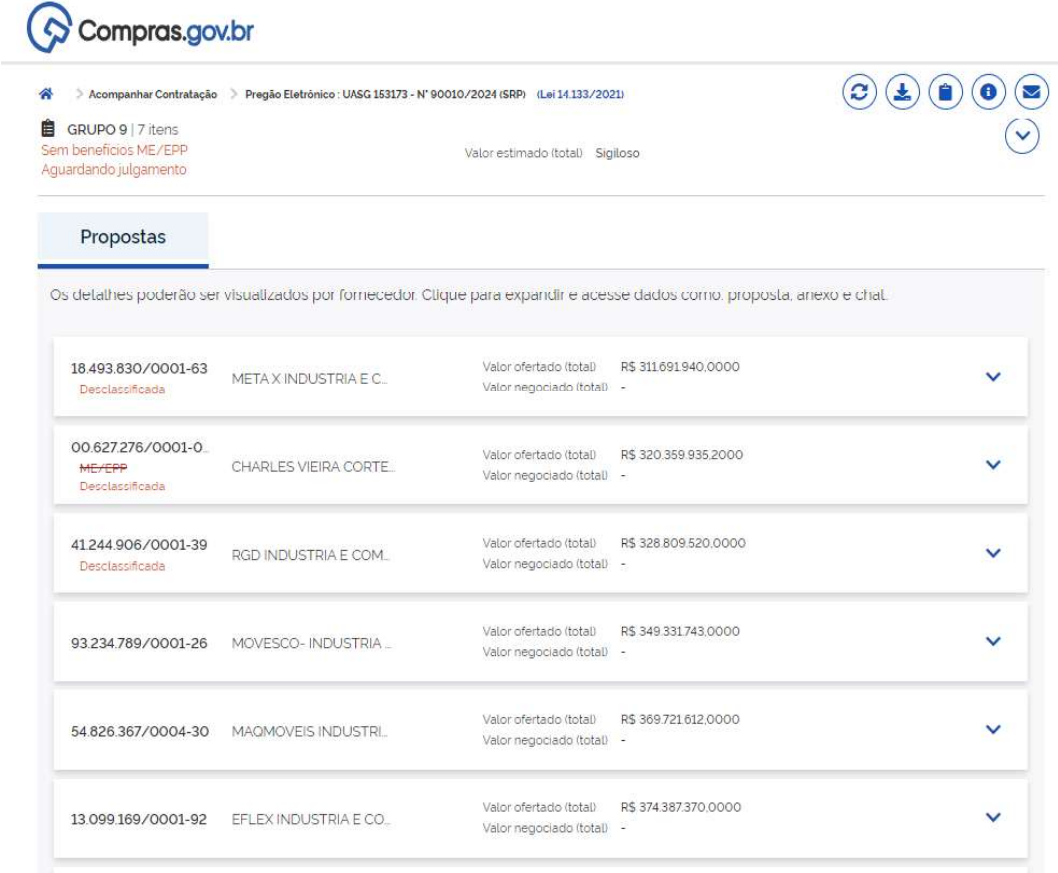




Passa-se a demonstrar a configuração da preterição da Recorrente no Lote em destaque.

### 5.2.1. Da preterição referente ao Lote/Grupo 9

Em relação ao Lote/Grupo 9, a licitante Meta X Industria e Comércio Ltda., foi a arrematante inicial, mas foi desclassificada. A segunda colocada, empresa Charles Vieira Cortez, também foi desclassificada. A Recorrente estava classificada entre as três propostas que poderiam ofertar novos lances fechados:



Compras.gov.br			
Acompanhar Contratação > Pregão Eletrônico : UASG 153173 - N° 90010/2024 (SRP) (Lei 14.133/2021)			
GRUPO 9   7 itens		Valor estimado (total) Sigiloso	
Sem benefícios ME/EPP Aguardando julgamento			
Propostas			
Os detalhes poderão ser visualizados por fornecedor. Clique para expandir e acesse dados como: proposta, anexo e chat.			
18.493.830/0001-63 Desclassificada	META X INDUSTRIA E C...	Valor ofertado (total) Valor negociado (total)	R\$ 311.691.940,0000 -
00.627.276/0001-0 ME/EPP Desclassificada	CHARLES VIEIRA CORTE...	Valor ofertado (total) Valor negociado (total)	R\$ 320.359.935,2000 -
41.244.906/0001-39 Desclassificada	RGD INDUSTRIA E COM...	Valor ofertado (total) Valor negociado (total)	R\$ 328.809.520,0000 -
93.234.789/0001-26	MOVESCO- INDUSTRIA ...	Valor ofertado (total) Valor negociado (total)	R\$ 349.331.743,0000 -
54.826.367/0004-30	MAQMOVEIS INDUSTRI...	Valor ofertado (total) Valor negociado (total)	R\$ 369.721.612,0000 -
13.099.169/0001-92	EFLEX INDUSTRIA E CO...	Valor ofertado (total) Valor negociado (total)	R\$ 374.387.370,0000 -

Frise-se que a Recorrente deixou de ser convocada para os novos lances no Lote/Grupo 9, sob a justificativa, presumida, de que a empresa não teria a documentação solicitada em outros Lotes. Nesse sentido, na convocação para nova fase de lances, modo fechado, não foi oportunizado à Recorrente o envio de lance fechado.

O Pregoeiro decidiu por reabrir a fase de disputas para o Grupo 9, convocando as licitantes Movesco Indústria e Comércio Ltda. (proposta: R\$ 361.056.563,00), Maqmóveis Indústria e Comércio Ltda. (proposta: R\$ 369.721.612,00) e Eflex Indústria e Comércio Ltda. (Proposta: R\$ 374.387.370,00), **excluindo a Recorrente da convocação**, configurando-se, mais uma vez, a ilegalidade praticada pelo Pregoeiro em não disponibilizar a oportunidade de a empresa efetuar lance fechado:

Mensagem do Pregoeiro

ATENÇÃO! Após desclassificações no Grupo 9, o sistema identificou fornecedores que ainda não foram convocados para a disputa fechada no lote.

Enviada em 24/06/2024 às 16:55:10h







Mensagem do Pregoeiro

Assim, referido Grupo 9 também retornará para a etapa fechada de disputa para envio de lance único e fechado.

Enviada em 24/06/2024 às 16:55:21h

Mensagem do Pregoeiro

Item G9

O item G9 está encerrado.

Enviada em 24/06/2024 às 17:00:44h

Mensagem do Pregoeiro

Mensagem do Pregoeiro

Item G9

A etapa fechada do item G9 foi encerrada. Os seguintes lances foram registrados pelos fornecedores convocados: R\$ 349.331.743,0000.

Enviada em 24/06/2024 às 17:00:44h

Mensagem do Pregoeiro

Item G9

Sr. Fornecedor MOVESCO- INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS ESCOLARES LTDA, CNPJ 93.234.789/0001-26, você foi convocado para enviar anexos para o item G9. Prazo para encerrar o envio: 19:05:00 do dia 24/06/2024. Justificativa: Envio da proposta ajustada ao lance, bem como comprovante de regularidade ambiental do item 7.15 do Edital..

Enviada em 24/06/2024 às 17:05:25h

A situação é agravada, uma vez que no Lote/Grupo 9 o valor ofertado pela Recorrente sequer figurou como sendo convocada a participar da disputa.

A presunção de irregularidade de um determinado lote automaticamente aplicada a outro grupo/lote por si só é flagrantemente ilegal, no entanto, a situação torna-se ainda mais gravosa quando se percebe que a Recorrente foi alijada da ordem classificatória sem nenhuma decisão administrativa que sequer justifique a ilegalidade descrita.

Assim, o ato de desclassificação **implícito**, se mantido, consubstancia condição de inobservância aos princípios da razoabilidade e do amplo acesso ao certame, ambos sacramentados pela Lei de Licitações e Contratos.<sup>28</sup>

## 6. Do prejuízo ao erário causado pela indevida desclassificação e preterição da Recorrente

Importante lembrar que **a proposta da Recorrente é a mais vantajosa** para a Administração Pública nos Lotes/Grupos 3 e 9.

Conforme tabela abaixo, apresenta-se comparativo entre os preços da Recorrente com os valores ofertados pelas empresas convocadas, para cada Lote/Grupo acima descrito, após a desclassificação ou preterição da Recorrente:

<sup>28</sup> Lei nº 14.133/2021: [...] Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do [Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 \(Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro\)](#).





Empresa	Lote/Grupo 3	Lote/Grupo 9
Recorrente	<u>R\$ 243.972.890,00</u> (Empresa RGD)	<u>R\$ 328.809.520,00</u> (Empresa RGD)
Empresa convocada após a desclassificação/preterição da Recorrente	R\$ 336.065.950,00 (Empresa Tecno2000)	R\$ 349.331.743,00 (Empresa Movesco)
Diferença entre as propostas	<b>R\$ 92.093.060,00</b>	<b>R\$ 20.522.223,00</b>

Verifica-se que a soma dos valores ofertados pela Recorrente, nos Lotes 3 e 9, é de **R\$ 572.782.410,00 (quinhentos e setenta e dois milhões, setecentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e dez reais)**.

Já os preços ofertados pelas empresas convocadas após a indevida desclassificação da Recorrente totalizam **R\$ 685.397.693 (seiscentos e oitenta e cinco milhões, trezentos e noventa e sete mil, seiscentos e noventa e três reais)**.<sup>29</sup>

Importante evidenciar, por conseguinte, que a temerária desclassificação da Recorrente na presente licitação, terá por consequência um **prejuízo ao erário no montante de R\$ 112.615.283 (cento e doze milhões, seiscentos e quinze mil, duzentos e oitenta e três reais)**, em afronta ao dever de selecionar a proposta mais vantajosa pela Administração.

É simplesmente inconcebível a manutenção da desclassificação e da preterição da Recorrente apenas por uma circunstância de um cadastro auxiliar, desprovida de expressa e detalhada regulação editalícia, quando sua proposta comercial no Lote em que fora melhor colocada **representa economia considerável aos cofres públicos**, em relação aos valores ofertados pelas empresas convocadas após sua desclassificação e preterição.

## 7. Da apresentação das graves irregularidades ao TCU

A partir da análise das presentes razões recursais em que se evidencia a injustificada preterição e desclassificação da Recorrente, torna-se evidente que a hipótese tratada permite a atuação do Tribunal de Contas da União na qualidade de órgão de controle externo, conforme previsão constitucional.

Nesse sentido, sem prejuízo da análise do presente recurso, a Recorrente pretende apresentar as violações ocorridas no curso da presente licitação ao órgão de controle por meio de Representação, tendo em vista que – caso mantida a decisão – consubstanciada a ocorrência de nulidades insanáveis.

Para além disso, é preciso não perder de vista, que a análise pelo TCU decorre também da ocorrência de prejuízo maior para a Administração, haja vista que se permitirá o registro de preços em valor muito superior ao ofertado pela Recorrente, o que acarretará **prejuízo ao erário** no

<sup>29</sup> Não se olvide que a Constituição Federal admite ação regressiva diretamente contra o servidor que causa dano ao erário.





montante de **R\$ 112.615.283** (cento e doze milhões, seiscentos e quinze mil, duzentos e oitenta e três reais), conforme já exposto.

## 8. Dos pedidos

Ante o exposto, requer-se o julgamento pelo provimento do recurso, com a reforma da decisão que declarou a desclassificação da Recorrente nos Lotes/Grupos 3 e 9, e, conseqüentemente, que a Administração retorne o procedimento licitatório à fase de análise de proposta da empresa RGD, declarando-a vencedora dos mencionados Lotes/Grupos do Pregão Eletrônico nº 90010/2024.

Brasília, 28 de agosto de 2024.

BRENDA BEZERRA  
DA  
SILVA:05694789105  
Assinado de forma digital por  
BRENDA BEZERRA DA  
SILVA:05694789105  
Dados: 2024.08.28 16:01:22  
-03'00'  
**Brenda Bezerra da Silva**  
OAB/DF nº 64.879

AUGUSTO CESAR  
NOGUEIRA DE SOUZA  
Assinado de forma digital por  
AUGUSTO CESAR NOGUEIRA DE  
SOUZA  
Dados: 2024.08.28 16:00:08 -03'00'  
**Augusto César Nogueira de Souza**  
OAB/DF nº 55.713

JAQUES FERNANDO  
REOLON:561234341  
87  
Assinado de forma digital  
por JAQUES FERNANDO  
REOLON:56123434187  
Dados: 2024.08.28 16:07:34  
-03'00'  
**Jaques Fernando Reolon**  
OAB/DF 22.885





## PROCURAÇÃO

### OUTORGANTE

**Nome: RGD INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**, sociedade empresária, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 41.244.906/0001-39.

Av. Dr. José Borba, nº 20, Manga-beira, Itapissuma/PE, CEP 53.700-000.

### OUTORGADOS

**Jorge Ulisses Jacoby Fernandes**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/DF sob o nº 6.546, CPF nº 356.141.029-49, **Jaques Fernando Reolon**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/DF sob o nº 22.885, CPF nº 561.234.341-87, **Murilo Queiroz Melo Jacoby Fernandes**, brasileiro, casado, advogado, inscrita na OAB/DF nº 41.796, CPF nº 730.310.541-72 e **Ana Luiza Queiroz Melo Jacoby Fernandes**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/DF nº 51.623, CPF nº 036.834.241-76 todos estabelecidos na **JACOBY FERNANDES & REOLON ADVOGADOS ASSOCIADOS** com endereço profissional na QL 2, conjunto 07, casa 18, Lago Sul, CEP 71610-075, Brasília/DF, e-mail: publicacao@jacoby.adv.br, onde receberão citações, intimações e notificações.

Pelo presente instrumento particular de mandato, o abaixo assinado, ora denominado OUTORGANTE, nomeia seus procuradores os advogados que ora se denominam OUTORGADOS.

### PODERES OUTORGADOS

os da cláusula *ad judicia et extra*, para em seu nome praticar todos os atos que se fizerem necessários nos autos do Processo Administrativo relacionado ao Pregão Eletrônico nº 90010/2024 **do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE**, inclusive atuar em qualquer Tribunal, instância judicial ou administrativa, incluindo-se órgãos de controle, podendo receber intimações, dar ciência, acordar, transigir, desistir, receber e dar quitação sob o dever de prestar contas e substabelecer com ou sem reserva de poderes.

Brasília, 6 de agosto de 2024



Documento assinado digitalmente

PIRAGIBE LINDOLFO ATAIDE

Data: 06/08/2024 15:47:00-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



**RGD INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**





## SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, com reservas, os poderes que me foram outorgados por **RGD INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**, para os advogados abaixo elencados:

### OUTORGADOS

- Amanda Helena da Silva, OAB/DF nº 59.514, CPF nº 029.788.331-30;
- Ana Cláudia Vieira da Costa, OAB/DF nº 45.084, CPF nº 957.720.571-20;
- Ana Paula Pereira da Luz Mendes, OAB/DF nº 57.349, CPF nº 009.698.991-22;
- Augusto César Nogueira de Souza, OAB/DF nº 55.713, CPF nº 007.839.751-04;
- Brenda Bezerra da Silva, OAB/DF nº 64.879, CPF nº 056.947.891-05;
- Charles Teixeira Barbosa, OAB/DF nº 67.743, CPF nº 033.416.691-83;
- Geovana de Oliveira Farias, OAB/DF nº 78.776, CPF nº 059.797.191-99;
- Gustavo Valadares, OAB/DF nº 18.669, CPF nº 666.378.301-78;
- Hulle Barreto Ferraz Nunes Ferreira, OAB/DF nº 46.777, CPF nº 036.770.121-98;
- Jhully Keitty Rodrigues Michalsky, OAB/DF nº 69.863, CPF nº 068.552.491-40;
- José Osvaldo Fontoura de Carvalho Sobrinho, OAB/DF nº 71.989, CPF nº 370.128.867-49;
- Luana Karen de Azevedo Santana, OAB/DF nº 60.309, CPF nº 048.843.195-67;
- Ludmilla Alves Couto, OAB/DF nº 59.198, CPF nº 732.516.231-68;
- Luiz Carlos Quintella Neto, OAB/DF nº 67.974, CPF nº 037.842.685-01;
- Mariana Ribeiro de Melo Pereira Scholze, OAB/DF nº 52.393, CPF nº 036.275.311-32;
- Murilo Queiroz Melo Jacoby Fernandes, OAB/DF nº 41.796, CPF nº 730.310.541-72;
- Natália Moreira da Silva, OAB/DF nº 60.719, CPF nº 050.564.791-52;
- Nathalia Freire de Moraes, OAB/DF nº 70.195, CPF nº 058.011.821-52;
- Raquel de Souza Moraes Oliveira, OAB/DF nº 61.248, CPF nº 059.178.581-10;
- Tamiris Bessoni Miranda, OAB/DF nº 59.183, CPF nº 012.508.741-14; e
- Thaís Asevêdo Ferreira, OAB/DF nº 69.739, CPF nº 059.032.491-83.

Todos estabelecidos na **JACOBY FERNANDES & REOLON ADVOGADOS ASSOCIADOS**, com endereço profissional na QL 2, conjunto 07, casa 18, Lago Sul, CEP 71610-075, Brasília/DF, onde receberão as citações, intimações e notificações.

JAQUES FERNANDO

REOLON:56123434187

Assinado de forma digital por

JAQUES FERNANDO

REOLON:56123434187

Dados: 2024.08.06 16:22:31 -03'00'

Brasília, 6 de agosto de 2024

**Jaques Fernando Reolon**  
OAB/DF nº 22.885

